

A atualidade da obra de Ruy Mauro Marini para entender o *agrohidronegócio* brasileiro e suas implicações para a segurança e a saúde dos trabalhadores¹

The Ruy Mauro Marini's composition value to understand the brazilian water agribusiness and its implications to the safety and health of the workers

Guilherme Marini Perpetua

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente (SP)
pilar.marini@hotmail.com

Resumo

A obra do sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini é uma das mais importantes e originais contribuições marxistas à compreensão do desenvolvimento da América Latina, de todos os tempos. Este artigo propõe a retomada de sua teoria da dialética da dependência e do conceito de superexploração do trabalho para lançar luzes sobre a dinâmica atual do agrohidronegócio exportador de *commodities*, em franca expansão no Brasil, e seus impactos à segurança e à saúde dos trabalhadores. O principal argumento defendido é que os apontamentos de Marini continuam sendo extremamente pertinentes em nossos dias, na medida em que permitem entender os riscos e agravos como inerentes à própria forma de inserção dos países dependentes na divisão internacional do trabalho, independentemente do nível de tecnificação dos processos produtivos.

Palavras-chave: Ruy Mauro Marini; teoria da dialética da dependência; superexploração do trabalho; agrohidronegócio; saúde do trabalhador.

Abstract

The Brazilian sociologist Ruy Mauro Marini's composition is one of the most important and original Marxist contributions to the Latin America development understanding of all time. This article proposes the revival of his dialectic-dependency theory and the revival of the worker's over-

¹ O presente texto é resultado das reflexões empreendidas no âmbito da pesquisa de pós-doutorado intitulada “Expansão territorial das *commodities* agropecuárias no Brasil contemporâneo e suas implicações para a saúde do trabalhador”, desenvolvida junto à UNESP com financiamento da FAPESP (Processo n. 2016/24300-1). Uma versão preliminar, aqui expandida e aprimorada, foi apresentada na XVIII Jornada do Trabalho, realizada em Goiânia entre os dias 6 e 9 de setembro de 2017.

exploitation to highlight the current dynamic of the commodities exporter water agribusiness, in open expansion in Brazil, and its safety and health impacts to the workers. The main defended argument is that Marini's viewpoints continue to be extremely relevant nowadays, since it permits to understand the risks and injuries as inherent to the self-insertion way of the international work division of the dependent countries, apart from the technical level of the fruitful processes.

Keywords: Ruy Mauro Marini; Dialectic-dependency Theory; work over-exploitation; Water agribusiness; Worker's health.

Introdução

A longevidade explicativa, sem dúvida, constitui um dos mais notáveis atributos que uma teoria pode apresentar frente às transformações da realidade permanentemente impostas pelo processo histórico. A teoria da *dialética da dependência latino-americana*, formulada pelo sociólogo e militante brasileiro Ruy Mauro Marini entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, possui tal característica.

Portador de rara ortodoxia marxista não dogmática e criativa, Marini somou-se às fileiras dos exilados da ditadura militar que vitimou o Brasil, entre 1964 e 1985, tendo como paradeiro, inicialmente, o México e, mais tarde, também o Chile. Esse fato ajuda a explicar porque sua obra, embora esteja entre as mais importantes e originais contribuições ao pensamento social e ao marxismo do século XX, sendo bastante difundida no restante da América Latina, continua pouco conhecida no Brasil (MARTINS, 2011).

Passadas mais de quatro décadas desde a publicação de sua contribuição mais conhecida sobre o tema, a *Dialética da dependência*, de 1973², as transformações e reviravoltas econômicas e políticas observadas no Brasil recolocam seus conceitos e questionamentos novamente na ordem do dia. A imagem do “país emergente” e da “potência regional”, corroborada, entre outros aspectos, pelo bom desempenho econômico, pela relativa redução da pobreza, pelo protagonismo junto aos BRICS e pelos megaeventos esportivos dos quais o país foi sede, contrastou fortemente com a

² Texto originalmente publicado pela Editora Era, no México, e recentemente republicado em português na coletânea “Ruy Mauro Marini: vida e obra”, sob organização de Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (Editora Expressão Popular, 2005).

expansão sem precedentes da produção de *commodities* agropecuárias e minerais a partir deste início de século, com significativo reforço ao conjunto do que alguns autores têm chamado de agrohidronegócio³ (MENDONÇA; MESQUITA, 2007; THOMAZ JUNIOR, 2010) e ao capitalismo extrativo (PETRAS, 2014).

Alavancado por uma singular conjugação de fatores externos e internos, o crescimento do setor primário-exportador conduziu, em menos de uma década, à reprimarização da pauta exportadora nacional e à expansão dos principais monocultivos agrícolas, em detrimento da produção de alimentos. Deste modo, o espaço agrário nacional passou por um agudo processo de *commoditização*, em curto intervalo de tempo.

A despeito do descomunal empenho midiático-publicitário em torno da legitimação do setor (VILAS BOAS; CHÃ, 2016), amplamente financiado por órgãos representativos de classe e com incrustações em parte da intelectualidade brasileira - inclusive daquela que ocupa cargos em instituições públicas de ensino e pesquisa -, os indícios de violações socioambientais e de seus desdobramentos tornam-se cada vez mais inocultáveis. A precarização do trabalho e a imposição de riscos e agravos à saúde dos trabalhadores compõem alguns, dentre os principais aspectos deste problemático cenário.

O objetivo do presente artigo é refletir acerca da atualidade da obra de Ruy Mauro Marini⁴ em meio a esse contexto de fortalecimento e expansão da economia primário-exportadora. A ênfase recairá sobre sua teoria da dependência latino-americana e seu principal corolário, a superexploração do trabalho, visando lançar luzes sobre as dimensões da segurança e saúde dos trabalhadores envolvidos na produção de *commodities* agropecuárias.

O texto está organizado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresentaremos um rápido panorama da expansão das *commodities* no Brasil contemporâneo e alguns dentre os seus principais desdobramentos. A segunda seção busca explorar os principais elementos da obra do grande sociólogo brasileiro e sua atualidade para a compreensão dos riscos e agravos à saúde dos trabalhadores no setor em questão.

³ O conceito de agrohidronegócio será tratado em detalhe mais adiante.

⁴ Evidenciando diferentes de seus aspectos, Martins (1999) e Bueno e Seabra (2010) também se dedicaram a demonstrar a atualidade da obra do mesmo autor.

Avanço do agrohidronegócio, *commoditização* da economia e do território

A exportação das principais *commodities* agropecuárias pelo Brasil apresentou extraordinário crescimento, entre a primeira e a segunda década dos anos 2000. Somados, soja, açúcar e álcool, papel e celulose e carne (de frango e bovina, principalmente) aumentaram sua participação em 263,5%, entre 2000 e 2015, de acordo com os dados da SECEX (2016). Esse vertiginoso crescimento faz parte de um movimento mais amplo de reprimarização da pauta exportadora nacional, com o aumento do peso dos insumos básicos em detrimento dos bens manufaturados, no mesmo período. Dados da mesma fonte estimam que em 2000, os produtos manufaturados respondiam por 59% e os produtos básicos por 22,8% das exportações brasileiras, ao passo que, em 2015, esses valores foram de 38,1% e 46,6%, respectivamente.

Do ponto de vista geográfico, tais transformações repercutiram na avassaladora expansão territorial dos principais monocultivos (soja, milho, cana-de-açúcar e eucalipto) (Gráfico 1), avançando mais de 29,6 milhões de hectares – isto é, 86,7% em relação à área inicial - tanto sobre antigas áreas de fronteira agrícola no Centro-Sul do país, quanto sobre novas frentes abertas pela sanha da acumulação capitalista no campo.

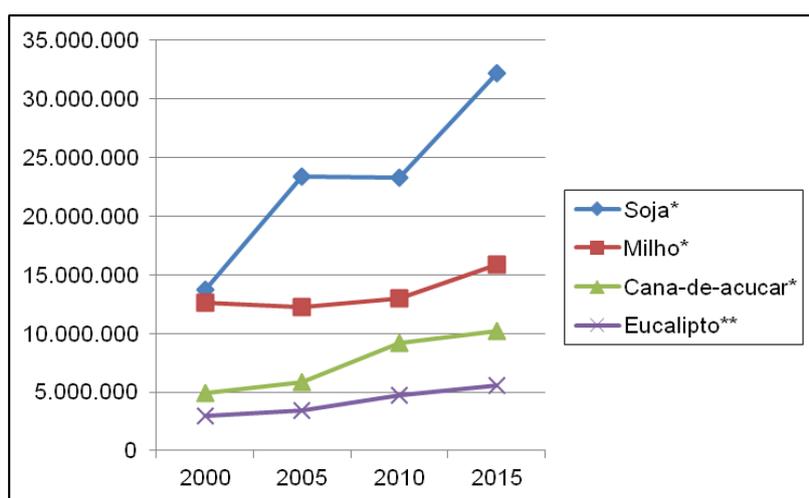


Gráfico 1. Área ocupada (ha) por cultivos agrícolas selecionados no Brasil (2000-2015)

Fonte:** PAM/IBGE (2017). *Fonte:** Sartori (2008), para os dados referentes a 2000 e 2005; ABRAF (2014), para o dado referente a 2010 e IBÁ (2016), para o de 2015. Elaborado pelo autor.

Tamanha expansão territorial não poderia efetivar-se sem provocar a correspondente desterritorialização da produção de alimentos, cuja base encontra-se largamente assentada na pequena propriedade e na agricultura camponesa (MITIDIERO JUNIOR; BARBOSA; SÁ, 2016), com severos rebatimentos sobre a soberania alimentar, a elevação do preço dos alimentos, a redução do emprego e da renda nas pequenas propriedades, em suma, o aumento da pobreza e da (já crônica) desigualdade social, a qual, durante os mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência da República, logrou-se reprimir paliativamente por meio de programas sociais focais. Juntos, arroz, feijão e mandioca tiveram retração de mais de 3 milhões de hectares, apenas entre 2005 e 2015, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) levantados pelo IBGE.

É preciso considerar o peso dos contextos externo e interno na geração deste cenário. Externamente, as transformações observadas foram motivadas pela repentina valorização dos produtos primários no mercado internacional, sobretudo, após 2003 e sob grande impulso do crescimento da demanda chinesa (CONTINI, 2014; SILVA, 2016). Internamente, vinculou-se ao ambiente político e econômico favorável propiciado pelo modelo novo-desenvolvimentista adotado pelos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), os quais destinaram parte importante de seus esforços ao fortalecimento da exportação de *commodities* como forma de reduzir a vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira (SICSÚ; DE PAULA; MICHEL, 2007; DELGADO, 2012).

Alguns estudos destacam que o crescimento contemporâneo da produção de *commodities* em países como o Brasil também está diretamente ligado à dinâmica global da acumulação capitalista no pós-crise de 2008 (MITIDIERO JUNIOR, 2016) e, conseqüentemente, ao fenômeno da “apropriação global de terras” ou “corrida global por terras” (ANSEEUW *at al.*, 2013; SAUER; BORRAS JUNIOR, 2016). Outros asseveram que a conjunção de crises (energética, alimentar, climática) que assola a humanidade e, normalmente, resulta em previsões antecipadas de escassez por parte dos organismos multilaterais, interfere igualmente na crescente demanda pelos chamados

4F's (*food, fiber, forest e fuel*) e por cultivos flexíveis (*flex crops*) (BORRAS JUNIOR *et al.*, 2014; SAUER; BORRAS JUNIOR, 2016)⁵.

Todavia, é preciso notar que sob o modo capitalista de produção a produção de mercadorias, enquanto produção de valor de troca, não se destina a atender às necessidades humanas legítimas, mas sim à acumulação do capital como *um fim em si mesmo* (MARX, 2011; 2013; MÉSZÁROS, 2011). Assim, seja qual for sua finalidade no nível do consumo imediato (servir como insumo, alimento, combustível etc.), a produção de *commodities* é ditada não pela necessidade global desses produtos e sim por sua rentabilidade, isto é, pelo nível de acumulação que é capaz de propiciar, sobremodo, em tempos de crise estrutural e das crescentes dificuldades de manutenção da taxa de lucro e da própria ordem societária vigente (MÉSZÁROS, 2011).

Não obstante, nos últimos anos, grandes empresas e órgãos representativos do setor têm realizado um esforço midiático-publicitário hercúleo em busca de fortalecer sua imagem como o setor mais dinâmico e importante da economia, promotor da modernidade e principal responsável pelo saldo positivo da balança comercial (VILAS BOAS; CHÃ, 2016).

Semelhantes construções simbólicas também encontram ressonância e apoio em parte da intelectualidade brasileira. Lastreados por dados puramente econômicos (aumento da produção, elevação do superávit da balança comercial, geração de divisas etc.), alguns autores afirmam que a *agropecuária brasileira é um caso de sucesso* (BARROS, 2014; CONTINI, 2014). Reiterando a antiga tese liberal das vantagens comparativas, Contini (2014, p. 105), por exemplo, defende que o Brasil deve tomar para si a responsabilidade de abastecer com produtos agropecuários os países com dificuldades, indicando que o país já está se transformando na “nova fazenda do mundo”. Barros (2014), por seu turno, chega a destacar alguns dos supostos “efeitos socioambientais positivos” do setor, relegando as práticas reconhecidamente nocivas ao passado. Outros ainda, como Navarro *et al.* (2014), asseguram que a questão agrária, tema predominante nos debates sobre a agropecuária brasileira nos anos 1960/1970, deu lugar ao dinamismo do setor, com a emergência de um “novo modo de acumulação ou novo padrão agrícola e agrário [...]” (p. 45).

⁵ Sobre este assunto, consultar a página do Transnational Institute, disponível em: https://www.tni.org/en/collection/flex-crops?content_language=es (Acesso em 04/07/2017).

Todavia, para críticos do modelo defendido pelo agronegócio, como Oliveira (2016), afirmações dessa natureza estão apoiadas em “matemagias”, isto é, na deliberada manipulação de dados e estatísticas com o objetivo de legitimar e justificar o apoio irrestrito do Estado e da sociedade ao setor. O próprio conceito de agronegócio, afirma o autor, é resultado do empenho em superdimensionar a importância da agropecuária no conjunto do PIB nacional. Ademais, as evidências de violações socioambientais largamente promovidas pelo capital empregado no setor tornam-se cada vez mais inocultáveis. Para diversos estudiosos, trata-se de um modelo espacialmente seletivo, socialmente excludente (THOMAZ JUNIOR, 2010; DELGADO, 2012) e absolutamente insustentável do ponto de vista ambiental, tendo em vista ser fundado na constituição de agrossistemas extremamente dependentes de insumos externos (agroquímicos) porque ecologicamente simplificados e, portanto, demasiado vulneráveis às pragas e variações climáticas (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Com o esfacelamento do frágil pacto político que dava sustentação ao modelo novo-desenvolvimentista, cujo marco foi o golpe midiático-parlamentar que defenestrou a presidente Dilma Rousseff do poder, em agosto de 2016, até mesmo o parco verniz de civilização que recobria o projeto burguês passou a ser considerado inaceitável pelos setores mais conservadores no poder. Isso equivale a dizer que o capitalismo extrativo pode agora se desenvolver de forma mais agressiva, agudizando sobremaneira as contradições já existentes nessa parte do mundo.

Partindo do conceito inicialmente proposto por Mendonça e Mesquita (2007), e posteriormente retomado e aprofundado por Thomaz Junior (2010), estamos entendendo a produção agropecuária votada para exportação de *commodities* como parte do *agrohidronegócio*, um conjunto mais amplo de atividades que encontra no controle monopolista das melhores terras (mais férteis, planas e bem servidas de infraestrutura de transporte), dos maiores e melhores mananciais (superficiais e subterrâneos) de água doce e também do subsolo (GONÇALVES, 2016) a razão de sua existência. Encontram-se nessa condição não apenas as diferentes expressões do chamado “agronegócio”, como também grandes projetos de mineração, aquicultura, produção de hidroeletricidade, compra e venda de terras com finalidade especulativa, entre outros.

Tais atividades apresentam grande semelhança quanto ao *modus operandi* adotado nos processos de territorialização, via de regra, nada idílicos e repletos de expedientes ilegais e violentos, bem como em relação aos impactos socioambientais gerados. Ademais, elas receberam um grande impulso, especialmente, após a crise global deflagrada em 2008 (MITIDIERO JUNIOR, 2016; OLIVEIRA, 2016).

Teoria da dependência, superexploração do trabalho e saúde do trabalhador

Recentemente, diversos estudos têm evidenciado que a degradação do trabalho, no limite corporificada na imposição de riscos e agravos à saúde dos trabalhadores, não é um fato pontual ou residual, mas sim inerente à moderna produção agropecuária e ao agrohidronegócio brasileiro em sua totalidade⁶. Malgrado o desmesurado nível de subnotificação presente nos sistemas de registro de agravos no Brasil (BINDER; CORDEIRO, 2003; LOURENÇO, 2011), que é ainda mais grave no meio rural (UFBA; ISC; PISAT, 2012), Delgado (2012, p. 117. Grifos nossos) afirma que

Conquanto o trabalho humano venha sendo crescentemente mitigado nos processos produtivos tipicamente capitalistas ou de agronegócio, *as relações de trabalho que se estabelecem na produção agropecuária parecem configurar um estilo de 'superexploração'*, seja pela imposição de jornadas excessivas (corte de cana, por exemplo), seja pelo manejo de materiais agrotóxicos altamente nocivos à saúde humana, seja pelas relações de precária contratação de trabalhadores migrantes nos picos da demanda sazonal das safras agropecuárias.

O resultado deste problemático conjunto de relações para a saúde dos trabalhadores na agropecuária pode ser mensurado pelos dados de concessão de auxílios e benefícios pela Previdência Social no período recente, sintetizados e apresentados pelo autor. Entre 2000 e 2009, houve aumento da ordem de 107,8% na concessão de benefícios nas modalidades “auxílio-doença”, “auxílio-acidente” e “aposentadoria por invalidez”. Deste total, as atividades rurais foram responsáveis por 45,2%, ainda que o pessoal ocupado no campo tenha reduzido significativamente no

⁶ Ver, entre outros, os trabalhos de Heck (2013; 2015) e Gemelli (2011), para o segmento cárnico; Silva e Martins (2010) e Barreto (2012), para o segmento canavieiro; e Perpetua (2013; 2016), para o monocultivo arbóreo e a produção de celulose.

mesmo período, passando de 17.930.890, em 1996, para 16.567.544, em 2006 – ou seja, quase 1,4 milhão de pessoas a menos, nos anos de realização dos censos agropecuários pelo IBGE – e mesmo com maior dificuldade do assegurado rural em acessar as perícias médicas (UFBA; ISC; PISAT, 2012), condição essencial para obtenção dos auxílios.

Diante disso, concordamos inteiramente com Delgado quando revalida a obra de Ruy Mauro Marini, particularmente sua teoria da dependência latino-americana e o conceito de superexploração⁷, para o deslindamento dos impactos do agrohidronegócio para a saúde dos trabalhadores.

Como salientado por um estudioso da obra de Marini, seu ponto de partida é a compreensão do capitalismo como um “sistema mundial hierarquizado, monopólico e desigual” que “reproduz padrões nacionais/locais distintos de acumulação” (MARTINS, 2011, p. 129). Divergindo daqueles que interpretaram o capitalismo latino-americano como incompleto ou insuficiente, para Marini (2011, p. 132),

[...] ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá se desenvolver jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional.

A marca distintiva desse capitalismo *sui generis* é a dependência, entendida como “relação de subordinação entre nações formalmente independentes”⁸, uma condição consubstanciada a partir da revolução industrial europeia e da consequente independência política dos países latino-americanos. Com a consolidação da divisão internacional do trabalho, naquele contexto, países como o Brasil especializaram-se na oferta de matérias-primas e alimentos, ajudando a rebaixar os custos com a reprodução da força de trabalho nos países centrais e fomentando a extração de mais-valia relativa. Por outro lado, o contrário ocorreu em relação às suas próprias economias, fazendo da extração de mais-valia absoluta a tônica da exploração do trabalho, em função da

⁷ Segundo Martins (1999), o conceito de superexploração foi estabelecido por Marini em uma série de trabalhos escritos entre o final dos anos 1960 e início 1970, e teve sua expressão concentrada e clássica apresentada no texto *Dialética da dependência*, de 1973.

⁸ *Ibidem*, p. 134.

permanente deterioração dos termos de troca de seus produtos no comércio internacional.

Muito ao contrário do que previram os arautos do liberalismo e formuladores das teorias clássicas das vantagens comparativas, como Adam Smith (1983) e David Ricardo (1985), Prebisch (1968) comprovou que o comércio exterior tornou-se o aguilhão das economias latino-americanas na medida em que lhes impôs a permanente deterioração da relação de preços do intercâmbio dos produtos primários. No dizer do economista argentino,

Enquanto que a procura por produtos manufaturados que importamos tende a elevar-se rapidamente, as exportações primárias aumentam com relativa demora, em grande parte por razões estranhas à vontade dos países latino-americanos. Há, portanto, uma tendência ao desequilíbrio, que se torna mais aguda com a intensificação do desenvolvimento econômico (PREBISCH, 1968. p. 97. Grifos nossos).

Em face dessa assimetria estrutural, advoga Marini (2011), resta, aos países permanentemente lesados, buscar a compensação da transferência de valor por meio do aumento da exploração da força de trabalho, ou seja, da superexploração do trabalho. De acordo com Martins (1999), o conceito de superexploração prevê três formas diferentes, porém quase sempre combinadas, de exploração do trabalho, a saber: a ampliação da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), a intensificação do ritmo de trabalho (mais-valia relativa) e, como veremos, a redução do fundo de consumo do trabalhador⁹. O autor assevera ainda que o fenômeno não se restringe ao cenário de baixo desenvolvimento tecnológico, mas, ao contrário, combina-se com ele, estabelecendo-se

[...] a partir do desenvolvimento da produtividade do trabalho, naquelas empresas, ramos ou regiões capitalistas que sofrem depreciação de suas mercadorias, em razão da introdução, em seu espaço de circulação, de progresso técnico realizado por outras empresas, ramos ou regiões (MARTINS, 1999, p. 128).

É imperioso notar que as formas assumidas pela superexploração nos países de capitalismo dependente não são outras em relação às formas de extração de trabalho excedente no modo de produção capitalista como um todo. Não há, pois, diferença de

⁹ Noutro lugar, o referido autor sugere a existência de uma quarta forma de superexploração: “a elevação da qualificação do trabalhador sem a remuneração equivalente ao incremento de valor da força de trabalho” (MARTINS, 2011, p. 129), a qual, no entanto, não foi explicitada por Marini no texto de 1973.

gênero, mas sim de grau, uma vez que nessas economias elas são intensificadas ao limite.

Enquanto modalidade da superexploração, o rebaixamento dos salários visa reduzir o trabalho necessário e ampliar o trabalho excedente, sendo, pois, uma estratégia que “consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal [...] implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente” (MARINI, 2011, p. 48).

A própria dinâmica da acumulação impõe, portanto, um aumento da exploração do trabalhador mediante a extensão das jornadas, a intensificação do ritmo de trabalho por meio de incrementos tecnológicos e organizacionais e o rebaixamento dos salários, expedientes quase sempre combinados e cujos efeitos são nefastos para os trabalhadores. Nos três casos, o trabalhador tem seu direito à reposição do desgaste de sua força de trabalho negado, pois, como observam Bueno e Seabra (2010), a superexploração se baseia amplamente no aumento do desgaste físico do trabalhador ao invés de fundar-se nos ganhos de produtividade.

Para o Marini (2011), o grande “segredo” da dinâmica da acumulação originada na América Latina é que ela independe da capacidade interna de consumo para sua realização, uma vez que estão separados os dois momentos fundamentais do ciclo do capital, a produção e a circulação de mercadorias. O autor fecha o seu raciocínio com a seguinte sentença:

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que *acentua até o limite as contradições que lhe são próprias*. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala planetária a dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 2011, 157. Grifos nossos).

Eis a explicação essencial para o fato de que, mesmo num contexto de notável crescimento econômico, como o observado ao longo da vigência do megaciclo das *commodities* no decênio 2003-2013 (SILVA, 2016), as condições de trabalho e vida da maior parte dos trabalhadores não avançaram significativamente no Brasil, assim como nos demais países primário-exportadores da América Latina.

Naturalmente, a realidade das relações de trabalho no campo, como na cidade, alterou-se de modo significativo desde que Marini escreveu sua teoria da dependência. Não obstante, as novas formas precarizadas de controle do trabalho, as quais, como observa Alves (2011), assentam-se amplamente na flexibilização da contratação, das jornadas e da remuneração, a nosso ver, só fazem evidenciar ainda mais a vitalidade da dinâmica da superexploração, agora potencializada. Dada a sua amplitude, no entanto, esse tema requer outro artigo para ser adequadamente delineado.

Considerações finais

O exposto permite concluir que os apontamentos de Marini continuam sendo extremamente pertinentes em nossos dias, uma vez que associam diretamente a forma de inserção subordinada de países capitalistas dependentes como o Brasil no comércio internacional, atualmente reforçada pelo robustecimento do setor agroexportador, às formas particulares de exploração do trabalho consubstanciadas, auxiliando no desvelar de suas perniciosas consequências. Por este prisma, os elevados índices de agravos do trabalho registrados na agropecuária brasileira, ainda que extremamente subnotificados, podem ser entendidos como indício de uma dinâmica estrutural e inerente ao nosso capitalismo dependente.

Ademais, na contramão das teses que exaltam a suposta “modernidade” do setor, o aporte teórico em questão abre precedentes para entender que o aumento da densidade técnica nos processos produtivos e de trabalho, além de não reduzir os riscos e agravos, na maioria dos casos é condição de sua efetivação, principalmente em tempos de produção flexível e trabalho precarizado. Pois como parte da dinâmica da acumulação do capital em nível global, o agrohidronegócio é também expressão particular da destrutividade inerente ao capital e elevada ao paroxismo em tempos de crise estrutural.

Referências

ALVES, G. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no Século XXI. In: VIZZACCARO-AMARAL, A. L.; MOTA, D. P.; ALVES, G. (Orgs.). *Trabalho e Saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no Século XXI*. São Paulo: LTr, 2011.

ANSEEUW, W.; BOCHE, M.; BREU, T.; GIGER, M.; LAY, J.; MASSERLI, P.; NOLTE, K. *Transnational Land Deals for Agriculture in the Global South: Analytical Report based on the Land Matrix Database*. Land Matrix. Bern/Montpellier/Hamburg: CDE/CIRAD/GIGA, 2013.

BARRETO, M. J. *Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho*. 2012. 245f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BARROS, J. R. M. de. Prolegômenos: o passado e o presente: a visão do economista. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014.

BINDER, M. C. P.; CORDEIRO, R. Sub-registro de acidentes de trabalho em localidades do estado de São Paulo. *Rev. Saúde Pública*, vol. 4, n. 37, p. 409-416, 2003.

BORRAS JUNIOR, S.; FRANCO, J. C.; ISAKSON, R.; LEVIDOW, L.; VERVEST, P. Towards understanding the politics of flex crops and commodities: implications for research and policy advocacy. *Transnational Institute Agrarian Justice Program*, Amsterdam, p. 2-16, n. 1, jun. 2014.

BUENO, F. M.; SEABRA, R. L. O pensamento de Ruy Mauro Marini e a atualidade do conceito de superexploração do trabalho do trabalho. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, *Anais...* Londrina, 2010.

CONTINI, E. Exportações na dinâmica do agronegócio brasileiro. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014.

DELGADO, G. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2012.

GEMELLI, D. D. *Mobilidade territorial do trabalho como expressão da formação do trabalhador para o capital: Frigorífico de Aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR*. 2011. 262p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

_____. Uma geografia da degradação do trabalho: o adoecimento dos trabalhadores em frigoríficos. *Revista Percurso (Online)*, v. 5, p. 3-31, 2013.

_____. Trabalho precário e terceirização na cadeia avícola do Oeste Paranaense. *Tempos históricos*, vol. 19, n. 2, p. 92-110, 2º Sem. 2015.

LOURENÇO, E. A. Agravos à saúde dos trabalhadores no Brasil: alguns nós críticos. *Pegada*, Presidente Prudente, vol. 12, n. 1. p. 3-33, jun. 2011.

MARINI, R. M. Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, C. E. Superexploração do Trabalho e Acumulação de Capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 121-138, dez., 1999.

_____. O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI. *Crítica Marxista*, n.32, p.127-146, 2011.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 - esboços da crítica da economia política*. São Paulo: EdUFRJ; Boitempo, 2011.

_____. *O capital: crítica da economia política (Livro I - processo de produção do capital)*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, M. R.; MESQUISTA, H. A. O agrohidronegócio no cerrado goiano: a construção das (re)existências. In: I Encuentro latinoamericano Ciencias Sociales y Represas e II Encontro brasileiro Ciências Sociais e Barragens. *Anais...* Salvador, 2007.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. Crise do capital global, natureza e agronegócio. In: RAMOS FILHO, E. da. S.; MITIDIERO JUNIOR, M. A.; SANTOS, L. R. S. *Questão agrária e conflitos territoriais*. São Paulo: Outras expressões, 2016. (Col. Território e questão agrária).

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. E. de. *Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006*. Texto para discussão (mimeografado), 2016.

NAVARRO, Z.; BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. de. Introdução: o mundo rural brasileiro: interpretá-lo (corretamente) é preciso. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014.

OLIVEIRA, A. U. de. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

PERPETUA, G. M. *A miragem verde: um olhar sobre a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho a partir de Três Lagoas (MS, Brasil)*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

_____. *Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo*. 2016a. 370f. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP.

PETRAS, J. Brasil: o capitalismo extrativo e o grande salto para trás. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 301-323, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). *O campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amerela; Paz e Terra, 2004.

PREBISCH, R. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Desenvolvimento de Cultura Brasil, 1968.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova cultural, 1985.

SAUER, S.; BORRAS JUNIOR, S. 'Land grabbing' e 'Green grabbing': uma leitura da corrida na produção acadêmica sobre a apropriação global de terras. *Campo-Território*, Uberlândia, Ed. Especial Land grabbing e estrangeirização, p. 6-42, jun. 2016.

SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F. de; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, vol. 27, n. 4 (108), p. 507-524. out./dez. 2007.

SILVA, C. H. R. da. *Política industrial brasileira e a industrialização de Mato Grosso do Sul no Século XXI*. 2016. 278f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal da Grande Dourados.

SILVA, M. A. M.; MARTINS, R. C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 24, p. 196-240, mai./ago. 2010.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. (Livro II). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohíbrido no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. *Campo-Território*, Uberlândia, vol. 5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010.

UFBA; ISC; PISAT. Acidentes de trabalho devido à intoxicação por agrotóxicos entre trabalhadores da agropecuária 2000-2011. *Informe do centro colaborador UFBA/ISC/PISAT – MS/DSAST/CGSAT*, Ed. n. 4, ano 2, fev. 2012.

VILAS BOAS, R.; CHÃ, A. Agronegócio e indústria cultural: as formas do show business da oligarquia rural brasileira. In: FERNANDES, B. M.; PEREIRA, J. M. M. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial e questão agrária*. São Paulo: Ed. UNESP (Cultura Acadêmica), 2016.

Sobre o autor

Guilherme Marini Perpetua

Possui graduação em Geografia (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2010), mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (2012) e doutorado em Geografia pela UNESP (2016). Atualmente, é pesquisador em nível de pós-doutorado na UNESP com bolsa da FAPESP, atua como professor colaborador no curso de graduação em Geografia da mesma instituição, coordena o Blog do Observatório do Trabalho István Mészáros (OTIM) e é membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e do Centro de Estudos e Pesquisas do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS). Seus temas de pesquisa de maior interesse estão relacionados à dinâmica geográfica do trabalho, com destaque para a mobilidade espacial do capital e do trabalho, as formas contemporâneas de territorialização da produção de commodities e seus desdobramentos para os trabalhadores (precarização, riscos e agravos à saúde) e comunidades originárias e tradicionais. Foi editor da Revista Entre-Lugar (UFGD) e faz parte do corpo editorial da Revista Pegada (UNESP).

Artigo Recebido em Outubro de 2017.

Artigo aceito para publicação em Dezembro de 2017.